

FGV discute métodos de abrandar correção monetária

Os critérios e a sistemática de cálculo para evitar que a retirada dos subsídios aos derivados de petróleo e ao trigo sejam repassados à correção monetária foram objeto de uma reunião, ontem de manhã, na Fundação Getúlio Vargas, entre os técnicos do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) que elaboram todo mês os índices de inflação. Segundo fontes governamentais em Brasília, o Secretário Especial de Abastecimento e Preços, José Milton Dallari, e outros técnicos da Seap, participaram das discussões.

Segundo o diretor de pesquisas do Ibre, Julian Chacel, a reunião não atendeu à solicitação direta do Ministro do Planejamento, Delfim Neto. "Foi uma reunião interna. Uma modificação no cálculo da correção monetária é uma decisão de Governo. Não sabemos se ela será tomada. Mas como somos responsáveis pelo cálculo do índice de inflação, temos que estar preparados para a eventualidade dessa decisão", afirmou Chacel, que admitiu ter abordado o assunto com o Ministro Delfim, quando esteve em Brasília, nos últimos dias.

Caso a desindexação seja decidida nas próximas semanas, disse Chacel, o cálculo para retirar os efeitos da retirada dos subsídios sobre os preços já será retroativo para todo o mês de junho, mês em que a inflação, segundo o diretor do Ibre, seguramente será maior do que 10% em junho, como efeito da alta de gasolina, da retirada do subsídio ao trigo e do aumento dos preços dos hortigranjeiros em consequência das chuvas.

DR. BULHOES

A reunião, segundo Chacel, foi também consequência das declarações do Professor Octavio Gouveia de Bulhões, presidente do Ibre, que anteontem, ao deixar a reunião do Conselho Monetário Nacional em Brasília, advertiu: "Se não houver expurgo, o pacote vai falhar"; e previu uma inflação de 200% sem a adoção de um mecanismo que evite o repasse a salários, rendimentos e ativos financeiros dos efeitos inflacionários da redução dos subsídios.

O termo desindexação não é adequado, pois não se trata de eliminar a correção monetária, mas de reconhecer que, tal como ela é aplicada hoje, corrige em demasia, e concede um "prêmio" às aplicações financeiras — explicou Chacel.

O diretor do Ibre deixou claro que os critérios e os métodos para expurgar os efeitos da retirada dos subsídios dos índices de preços serão públicos e explícitos: "Vamos estabelecer conceituações claras e inequívocas e uma sistematização de métodos já usados algumas vezes no passado". E o índice que capta todos os aumentos continuará sendo publicado normalmente", disse.

Se o Governo adotar a desindexação, haveria então dois índices: um é o índice de inflação (Índice Geral de Preços) com todos os aumentos de preços. O outro, expurgado não só dos efeitos da retirada dos subsídios como eventualmente de "acidentalidades" — a alta dos preços dos hortigranjeiros provocada pelo excesso de chuvas — serviria de base para o índice de correção monetária.

SEM SENTIDO

O Senador Virgílio Távora, um dos vice-líderes do Governo no Senado para assuntos econômicos, disse ontem não acreditar que a desindexação possa ser decidida pelo Governo. Ele alega duas razões principais: as reações contrárias dentro do PDS e o acordo firmado com o PTB. Um assessor muito próximo do Ministro do Planejamento, Delfim Neto, assegurou também ontem que a desindexação não faz sentido.

Nota da Ordem dos Economistas de São Paulo, assinada por seu presidente, Miguel Colasuonno, afirma que o "conjunto de medidas baixadas pelo Governo não beneficia a classe média, que desenvolve importante papel na sustentação do mercado interno. A solução definitiva para reduzir as taxas de inflação e de juros seria a voluntariedade da desindexação de salários, através da livre negociação".



Bornhausen afirma que os bancos foram castigados mais uma vez

OLX
ELE
T